



## **O Código Florestal no Correio do Estado/MS: rudimentos de análise à luz do Pensamento Ecológico <sup>1</sup>**

Bárbara Cunha FERRAGINI<sup>2</sup>

Gisele Souza NEULS <sup>3</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### **RESUMO**

Apresenta o quadro teórico relacionando os pensamentos ecológico e cartesiano com o jornalismo ambiental e sobre meio ambiente, apoiado nos autores Edgar Morin, Rupert Sheldrake, Nancy Mangabeira Unger e Ilza Girardi. Contextualiza o tema do Código Florestal sob a ótica da crise ambiental, bem como a implicação do tema em Mato Grosso do Sul, especialmente Pantanal. Apresenta a coleta de dados no jornal Correio do Estado de MS, caracterizando o corpus de análise selecionado, bem como os primeiros exercícios de análise de conteúdo do referido corpus.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Meio Ambiente; Código Florestal; Correio do Estado; Mato Grosso do Sul.

### **PENSAMENTOS ECOLÓGICO E CARTESIANO E JORNALISMO**

Em 1932 o escritor Aldous Huxley publicou a primeira edição de sua obra mais famosa: Admirável Mundo Novo. No romance futurista, a civilização industrial havia atingido tal nível de desenvolvimento que proporcionara ao mundo uma precisa divisão entre o civilizado e o selvagem. Dirigido como uma grande linha de montagem, o mundo civilizado havia renunciado a todo limite moral, ético ou religioso, vivendo em uma eterna felicidade química. Fora dessa máquina em perfeito funcionamento, naqueles lugares onde não valia a pena investir dinheiro e tecnologia, restava o mundo selvagem fechado em reservas. Ao explicar o sentido dessa organização do mundo, seu dirigente revela a essência de uma racionalidade que se tornou dominante no mundo moderno: “[...] a civilização industrial só é possível quando não existe renúncia. É

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 7 a 9 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação da UFMS, bolsista Capes, Grupo de Pesquisa Mídias Ambientais e Divulgação Científica CNPq/UFMS, email: [barbaracerragini@gmail.com](mailto:barbaracerragini@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação e Informação, Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS, email: [gisele.neuls@gmail.com](mailto:gisele.neuls@gmail.com)



necessário desfrutar até os limites máximos impostos pela higiene e pela economia. De outro modo as engrenagens cessam de girar.” (HUXLEY, 1981, p.286).

É assustador que a obra visionária de Aldous Huxley represente o espírito do nosso tempo 80 anos depois de ter sido publicada. A racionalidade moderna caricaturada por Huxley trouxe a humanidade a um cenário paradoxal: o fabuloso avanço científico e tecnológico convive lado a lado com a miséria e a iminência de colapso ambiental. O pensamento cartesiano é uma chave para compreender este paradoxo. Ele permitiu organizar e sistematizar o conhecimento e propôs que a ciência não pode prescindir de método. Mas também completou a cisão entre humanidade e natureza iniciada no século XVI com a reforma protestante. No século seguinte, Francis Bacon proclamava que a natureza deveria ser subjugada e constrangida a revelar seus segredos nos laboratórios, e René Descartes caracterizava o universo como uma grande engrenagem totalmente compreensível pela razão e pela ciência (SHELDRAKE, 1991).

Não se pode dizer que o desejo de dominação do homem sobre a natureza tenha nascido no século XVII. Entretanto, a revolução científica permitiu avanços gigantescos nas máquinas, e o desejo de possuir conhecimento e poderes ilimitados perdeu qualquer restrição. Descartes propôs uma separação total entre corpo e mente, racional e emocional, sujeito e objeto. Em sua concepção sobre a natureza, a Terra é como uma grande máquina regida por leis universais. Para a ciência inaugurada por Bacon e Descartes, não há nada de misterioso na natureza, apenas engrenagens cujo funcionamento ainda não conhecemos totalmente (SHELDRAKE, 1991).

Nesse paradigma simplificador, tudo é cognoscível e a única forma de conhecer o real é através da ciência baseada nos princípios de disjunção, de redução e de abstração; fundamentada na separação entre o sujeito pensante e a coisa entendida (MORIN, 2007). A natureza, sob esta perspectiva, é fonte ilimitada de recursos para o desenvolvimento humano (UNGER, 2000). A racionalidade moderna, assim, elimina as imposições sagradas às quais o homem estava sujeito, dessacraliza o mundo. A expulsão do sagrado do Cosmo traz como consequência a progressiva divisão entre ciência e sagrado, entre conhecimento e sabedoria. Ora, um mundo dessacralizado torna-se um mundo passível de cálculo e manipulação pelo sujeito humano, visto daí em diante como centro ontológico do universo (UNGER, 2001, p.23).

A racionalidade moderna se torna tecnocrática e os homens, escravos da técnica. A vida é negada, as relações humanas “se dissolvem na economia” (UNGER, 2001, p.



46), e o homem se desenraíza de sua própria natureza. Esse processo de racionalização do mundo se consolidou entre os séculos XVII e XX, e configurou um modo de ver o mundo e mover-se nele que alçou a humanidade a um desenvolvimento científico e tecnológico estupendo. Tal é sua magnitude que a maioria de nós não sabe como produzir as ferramentas usadas diariamente, tampouco sabe viver sem elas.

Ironicamente, é o próprio progresso da ciência que, a partir do século XX, coloca em xeque esta visão de mundo. Física quântica, teoria da relatividade, teoria do caos, teoria dos atratores, matéria escura, comportamento das galáxias são exemplos de descobertas que não se encaixam na explicação mecânica sobre o funcionamento da natureza<sup>4</sup>. Essas teorias se desenvolveram ao longo do século XX e deixaram toda a comunidade científica perplexa com as novas descobertas sobre de que é feito o mundo e como ele funciona. É assim que redescobrimos que a natureza é viva, indeterminada, espontânea, criativa e auto-organizadora.

A natureza volta a se tornar complexa e misteriosa, o que não significa dizer que estamos em um mundo sacralizado, belo, harmônico. Ao contrário, estamos em um mundo em crise, em “um intervalo entre uma resposta que não atende mais à conjuntura que vivemos e outra resposta que ainda não se cristalizou” (UNGER, 2001, p. 135). O paradigma complexo parece ser uma resposta em construção a partir de novas concepções, descobertas e reflexões. Como assinala Morin:

[...] pode-se dizer, desde já, que se o pensamento simplificador se baseia no predomínio de dois tipos de operações lógicas: disjunção e redução, que são ambas brutais e mutiladoras, então os princípios do pensamento complexo são necessariamente princípios de disjunção, de conjunção e de implicação. (MORIN, 2007, p.77)

Temos, então, um embate entre essas duas visões de mundo, que se desenrola em todas as dimensões possíveis. Não se trata de um ringue com cartesianos de um lado e complexos de outro – esta seria uma imagem demasiado simplista. Essas duas visões estão em disputa até mesmo dentro de cada um de nós e pode ser percebida na própria produção científica, que se embate entre a extrema especialização e a compreensão das relações sistêmicas.

Produto deste mundo, os veículos de comunicação, em geral, ainda se situam dentro do paradigma cartesiano, segmentando o conhecimento ao separar as informações em cadernos e editoriais. Para Bueno, tal comportamento “[...] consolida

---

<sup>4</sup> Esta também é a reflexão de Morin, ao contextualizar o ressurgimento do pensamento complexo: “Ora, a complexidade chegou a nós, nas ciências, pelo mesmo caminho que a tinha expulsado.” (MORIN, 2007, p.14).



olhares ou focos e compromete o esforço de articulação” (BUENO, 2007, p.17). A fragmentação resulta em coberturas com perspectivas reducionistas, parciais, que pode levar a percepções equivocadas da questão ambiental, já que, muitas vezes não conta com o contexto, as conexões.

O tema vêm chamando a atenção de pesquisadores do jornalismo. Estudo de Girardi et alii (2010). Mostra que nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) foram apresentados 19 trabalhos entre 2005 e 2009, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) já promoveu dois encontros tendo comunicação e meio ambiente como tema central e soma dezenas de artigos sobre desdobramentos do tema. A constatação geral é de que o jornalismo, ao lidar com temas ambientais, não consegue escapar à visão reducionista.

Segundo Girardi et alii as diferentes pesquisas apontam para um jornalismo sobre meio ambiente, em vez de um jornalismo ambiental. Um jornalismo “de olhos semicerrados”, que negligencia o potencial do jornalismo como forma de conhecer-se e fazer conhecer (GIRARDI et alii, 2010, p.4). Entretanto, os trabalhos não demarcam com clareza a singularidade do Jornalismo Ambiental. Embora seja corrente nas pesquisas tentar-se avaliar se determinado veículo aplica preceitos do Jornalismo Ambiental, a definição de que preceitos seriam esses ainda carece de amadurecimento.

Tanto Girardi quanto Bueno apontam que esse Jornalismo Ambiental emerge na tensão entre o pensamento cartesiano e o pensamento ecológico. Com a mudança para um novo paradigma, que considera que tudo está interligado, o jornalismo tende a incorporar uma visão interdisciplinar, que vai além dos cadernos e editoriais e contribui com a democracia.

“O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios” (BUENO, 2007, p.14).

Um jornalismo, portanto, filiado à perspectiva da complexidade, que lida com a informação de forma complexa e integrada, buscando os nexos entre os diversos aspectos relacionados à pauta, “[...] feito para o público e pela vida.” (GIRARDI, MASSIERER, SCHWAAB, 2006, p.9).

## **CÓDIGO FLORESTAL SOB A PERSPECTIVA DA CRISE AMBIENTAL**



Como vimos, a crise ambiental global em que nos encontramos é fruto de duas perdas: da sacralidade da natureza e do limite às paixões e desejos. Deslumbrada com as máquinas fantásticas que permitiram potencializar incrivelmente o uso do tempo e da energia, a civilização industrial inaugurou a era do carbono antropogênico. Agora, essa era cobra seu preço na forma de mudanças no clima do planeta.

Em 2007, os relatórios do IPCC deram uma dimensão detalhada do problema e seus impactos nos diversos campos, desde a saúde humana até a conservação da biodiversidade. Os estudos mostram que as concentrações globais atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso têm aumentado desde 1750 e excedem em muito os valores pré-industriais. O aumento na concentração de dióxido de carbono se deve principalmente à utilização de combustíveis fósseis e mudanças no uso do solo; já o aumento nas emissões de metano e óxido nitroso é promovido pela moderna agricultura, relacionando-se, portanto, diretamente com os desafios de manter a produção de alimentos com menos impacto sobre o ambiente. E mesmo com mais informação, tecnologia e conhecimento sobre a questão, as emissões aumentaram exponencialmente nos últimos 50 anos (IPCC, 2007a). Não há dúvidas de que as mudanças do clima são potencializadas pelas atividades humanas. Alguns efeitos dessas mudanças já são perceptíveis, como a intensificação de eventos climáticos drásticos, tais como furacões, secas e enchentes. No Pantanal, os cenários apontam para redução entre 25% e 50% da vazão e fluxo dos grandes rios, ameaçando a capacidade deste ecossistema de controlar as enchentes do rio Paraguai, resultantes das chuvas torrenciais sobre o Mato Grosso (MARENGO, 2007).

Junto com o Cerrado, este é um dos dois importantes biomas de Mato Grosso do Sul, declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera. A maior planície alagada do planeta é morada de mais de 4.700 espécies de plantas e animais. Está inserido na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), que possui uma extensão de aproximadamente 620 mil quilômetros quadrados, compartilhada pelo Brasil, Bolívia e Paraguai. A maior parte, 60% da Bacia, está em território brasileiro, em uma abrangência de 4,3% do território nacional, no qual estão presente os Estados de Mato Grosso (48%) e Mato Grosso do Sul (52%) (WWF-Brasil, 2012).

A economia do Estado é fortemente baseada nas atividades agrícolas, sendo que a agricultura, o extrativismo vegetal, a pecuária e a pesca responderam por 15,53% de



seu Produto Interno Bruto (PIB), atividades estas que contribuíram com 3,07% dos 5,63% do PIB nacional em 2009, segundo informações do economista da SEMAC/MS (Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia), Eliandres Saldanha<sup>5</sup>, com base no levantamento do Departamento de Contas Nacionais e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na região pantaneira a principal atividade econômica ainda é a pecuária bovina de corte, praticada de forma extensiva em pastagens naturais. Todavia, um mapeamento da cobertura vegetal do bioma pantaneiro, realizado pelo IBGE entre 2004-2006, a partir de imagens de satélites, indica que a área que sofreu interferências do homem (antropia) até o ano de 2002 era de 17. 439,9 quilômetros quadrados, pouco menos de 12% da área total do Pantanal (ABDON et al., 2007; BRASIL, 2007; SILVA, 2007).

Embora a planície inundável onde se encontra o Pantanal possua ainda 86,6% de sua cobertura vegetal nativa, ou seja, continue conservada se comparado a outros biomas como a Mata Atlântica e o Cerrado (CI-Brasil et alii, 2010) os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS) do Ministério do Meio Ambiente revela que o bioma registra taxa de desmatamento acumulado de 2002 a 2009 de 15,31%, o que equivale a uma área de 23.160 quilômetros quadrados. Entre as principais causas tem-se a produção de carvão vegetal, a expansão de áreas para pastagem e o avanço da mineração. Igualmente rico em biodiversidade, mas menos presente na mídia, o Cerrado foi o bioma que mais sofreu com o desmatamento no país. No período de 2008-2009 foram 7.637 quilômetros quadrados, passando à frente até da Amazônia (MMA, 2012). O novo Código Florestal Brasileiro<sup>6</sup>, tal como está formatado, terá implicações em diversos aspectos sociais, econômicos e ambientais em todo o país. Em Mato Grosso do Sul, a aprovação deste código anistia 90% dos produtores rurais que desmataram áreas nativas em desacordo com os percentuais ainda vigentes<sup>7</sup>.

Discutir a reforma do Código Florestal não diz respeito apenas aos brasileiros, embora seja uma decisão política interna. Neste momento, o mundo volta seus olhos para o Brasil, que é o segundo país com maior área de floresta no mundo (cerca de 5,5

<sup>5</sup> Dados obtidos por meio de entrevista documentada, em 19 de abril 2012

<sup>6</sup> O texto do novo código foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2012 e, no momento da redação deste artigo, seguia para apreciação do executivo, que poderá vetar total ou parcialmente ou aprovar.

<sup>7</sup> Os limites de reserva legal no Cerrado e Pantanal são de 20%, de acordo com a legislação vigente até o momento. Com exceção do Cerrado presente na Amazônia Legal, cujo limite de reserva legal é de 35%.



milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a 65% de seu território e 10% do total de florestas no mundo), atrás apenas da Rússia. Além de colaborar na conservação de cerca de 20% dos estoques de água doce no mundo, “[...] as florestas brasileiras abrigam também imensos estoques de carbono e por isso têm uma importância estratégica na regulação do clima regional e global” (VERÍSSIMO, 2005, p.9). Contudo, a abundância em recursos naturais e a rica biodiversidade dependem de uma política protecionista, que garanta e estimule o uso sustentável da natureza, para que a sobrevivência de futuras gerações esteja assegurada.

Desse modo, compreender como a mídia local enquadrou e com que frequência noticiou um dos mais contenciosos assuntos em discussão na sociedade brasileira na atualidade é de extrema relevância. O tema, como já foi afirmado, interessa a todos e envolve quatro grandes interesses, que concernem: pequenos produtores, grandes produtores, ambientalistas e cientistas (NASSAR; ANTONIAZZI, 2012). Debater o assunto torna-se ainda mais relevante em se tratando de estados como Mato Grosso do Sul, ricos em cobertura vegetal e que têm como base da economia atividades agrícolas e pecuárias, os quais devem ter políticas rígidas de proteção dos biomas – fundamentais para a própria manutenção destas atividades econômicas.

Dada a relevância da mídia, a cobertura jornalística é fundamental para o posicionamento da sociedade acerca de temas relevantes para a democracia. Assim, compreender como o jornalismo enquadra um tema polêmico e complexo como o Código Florestal nos ajuda a compreender o próprio desenrolar da história do presente. Não se quer aqui afirmar que o jornalismo é o ator mais relevante da democracia ou determinante dos rumos da história – isso seria negar a complexidade inerente às práticas sociais e culturais – mas de reconhecer seu papel em um cenário mais amplo.

## **RUDIMENTOS DE ANÁLISE SOBRE O CÓDIGO NO CORREIO DO ESTADO**

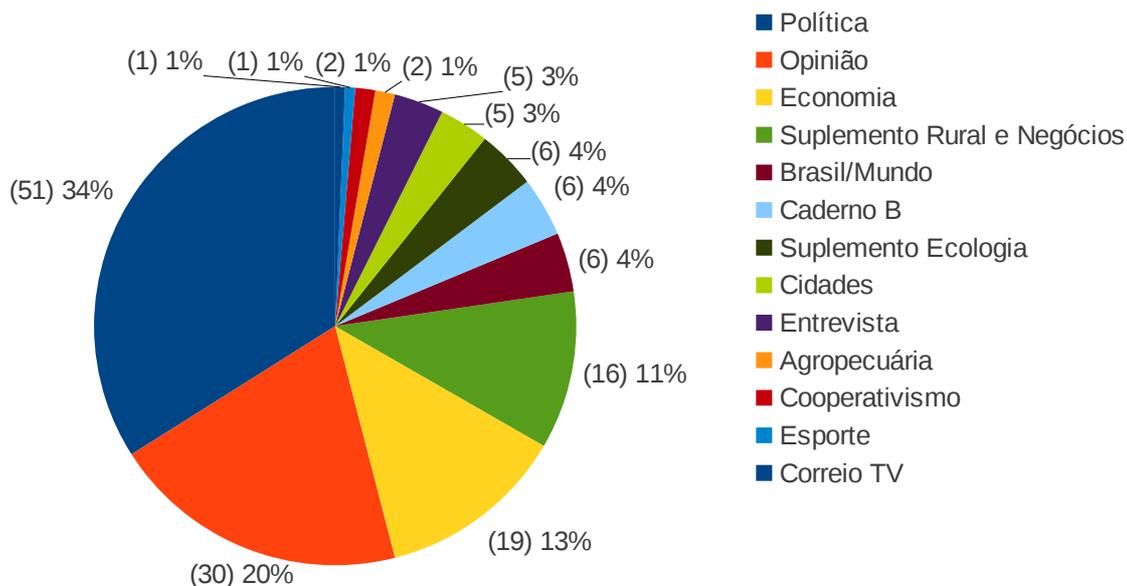
Para a coleta dos materiais jornalísticos pertinentes foi utilizado o sistema de arquivamento eletrônico do jornal Correio do Estado, cuja busca pela expressão *código florestal* apresentou 150 resultados, no período de janeiro a dezembro de 2011. Neste recorte espaço-temporal, foi possível observar que a cobertura do tema em questão estava dominante na editoria Política, com 34% das ocorrências; seguido da editoria Opinião (artigos e editorial), com 20%; e Economia, com 12,6%. O restante foi veiculado nas editorias Brasil/Mundo, Cidades, Entrevista, Agropecuária,



Cooperativismo e Esportes; e nos suplementos Rural e Negócios, Caderno B, Ecologia e Correio TV, conforme o Gráfico 01.

Gráfico 01

Total de textos com a palavra chave código florestal  
Correio do Estado/MS - Janeiro a Dezembro de 2011



Fonte: Dados primários coletados no veículo

Após a observação inicial dos dados, optou-se por considerar como corpus de análise apenas os textos (reportagens, notícias, editoriais, entrevistas, artigos e colunas) que claramente discutiram o novo Código Florestal em no mínimo um parágrafo, e cujo texto completo apresentasse no mínimo três parágrafos. Dessa forma, frases, citações, notas com menos de três parágrafos e colunas com pequenas notas foram descartadas. Em seguida, os materiais foram classificados de acordo com o gênero: informativos (notícias, reportagens, entrevista) e opinativos (artigo, editorial, coluna); e conforme a origem: produção local (matérias com assinatura), textos sem assinatura e produção de agências de notícias (assinadas com o nome da agência). Chegamos, assim, a uma amostra de 45 textos informativos (notícias, reportagens e entrevistas). Destes, 23 foram produzidos por jornalistas locais (51%), 16 não estavam assinados (35%) e 6 eram de agências de notícias (13%). Em relação ao material do gênero opinativo, obtivemos uma amostra de 13 textos opinativos (artigos e editoriais) considerados válidos para a pesquisa.



Quanto à sistematização desta amostra por editoria, foi possível observar a dominância das editorias Política e Economia na cobertura da reforma do Código Florestal Brasileiro. Dos 45 textos informativos coletados com a expressão *código florestal*, de janeiro a dezembro de 2011, 12 foram pautados e veiculados em Política, seguido de 10 textos publicados em Economia. Do restante, 06 textos estavam no suplemento Ecologia, 05 na editoria Brasil/Mundo, 04 na seção Entrevista, 04 no suplemento Rural & Negócios, 02 em Cidades, e os dois restantes nas editorias Especial e Agropecuária/Agronegócios.

Após a coleta e organização inicial do corpus, este trabalho se baseará nos procedimentos da abordagem quali-quantitativa da análise de conteúdo propostos por Herscovitz (2007). Muito utilizada em pesquisas jornalísticas, a análise de conteúdo é uma opção para estudos exploratórios ou descritivos, quando se pretende avaliar um grande volume de informações, que podem ser reduzidos e categorizados, no intuito de se fazer inferências lógicas sobre as mensagens, como se pretende nesta pesquisa. Trata-se de uma técnica útil, pois permite olhar para o objeto de estudo sob diferentes perspectivas. Com a análise de conteúdo é possível detectar modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos, bem como pode ser útil na classificação de gêneros, produtos e formatos do jornalismo, contribuindo para a avaliação e comparação de diferentes mídias e culturas.

Tal técnica também auxilia o pesquisador na compreensão sobre os produtores de conteúdo, bem como os receptores, uma vez que integra o conteúdo que é visível e o que é oculto, de modo que seja possível extrair o significado, o contexto das mensagens veiculadas pela mídia (SHOEMAKER & REESE, 1996), ou seja, aquilo que é dito explicitamente e aquilo que está implicado ou revelado de alguma forma no conteúdo.

Como método analítico, a análise de conteúdo é muito flexível, fornecendo uma maneira sistemática de sintetizar uma grande variedade de dados. Pode ser um método útil para analisar dados longitudinais e demonstrar alterações ao longo do tempo, além de ser um método não intrusivo, uma vez que é aplicado a dados já recolhidos ou textos existentes. (JULIEN, 2009, p.2, tradução nossa)

Acreditamos que a análise de conteúdo permitirá identificar as fragmentações e reduções na forma como o tema do Código Florestal foi apresentado pelo Correio do Estado aos leitores sul-mato-grossenses, bem como permitirá perceber, caso haja, as tensões paradigmáticas sobre a qual refletimos aqui. A primeira aplicação do método, de forma ainda rudimentar, resultou na classificação do corpus de análise feita neste trabalho em duas grandes categorias, ainda não mutuamente exclusivas:



editoria/suplemento e autoria (assinado, não assinado, agência). A categorização por editoria, ainda seguindo a organização do próprio jornal, nos sinaliza a existência de um jornalismo, quando muito, sobre meio ambiente. Somente a análise aprofundada do corpus permitirá dizer se o código florestal foi tratado apenas como um tema político e econômico ou se, entre tentas páginas, floresceu um olhar mais sistêmico sobre a pauta.

## REFERÊNCIAS

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**. 1. ed. São Paulo: Mojoara Editorial Ltda., 2007. 200 p.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; et alli. Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos. In: **8º Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, São Luiz: SBPjor, 2010.

ABDON, M. M. et al. **Desmatamento no bioma Pantanal até o ano 2002**: relações com a fitofisionomia e limites municipais. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 59, n. 1, p. 17-24, 2007.

ALHO, C. J. R. **Biodiversity of the Pantanal**: response to seasonal flooding regime and to environmental degradation. *Brazilian Journal of Biology*, v. 68, n. 4, p. 957-966, 2008. Supplement.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal) – PCBAP**: análise integrada e prognóstico da bacia do Alto Paraguai. Brasília: PNMA/Secretaria de Coordenação dos Assuntos de Meio Ambiente/ MMA, Ministério dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

CI-Brasil et alli. **Monitoramento das Alterações da Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Bacia Alto Paraguai**. CI: Brasília, 2010. Documento eletrônico <[http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/baciaaltoparaguai\\_resumoexecutivo.pdf](http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/baciaaltoparaguai_resumoexecutivo.pdf)> Acesso em 24 abr 2012.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. In: **Unirevista**, julho 2006, v. 1, n. 3, p. 1-10, 2006.

HUXLEY, Aldous Leonard. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, UK: 2007a. 7-22.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Solomon, S., D. Qin, M. Manning, Z.



Chen, M. Marquis, K.B. Averyt, M.Tignor and H.L. Miller (eds.)). Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA: 2007b.

JULIEN, Heidi. Content Analysis. The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods. 2008. **SAGE Publications**. <[http://sage-reference.com/research/Article\\_n65.html](http://sage-reference.com/research/Article_n65.html)>. Acesso em 17 mar 2009.

MARENGO, José A. **Caracterização do clima no Século XX e Cenários Climáticos no Brasil e na América do Sul para o Século XXI derivados dos Modelos Globais de Clima do IPCC**. São Paulo: CPTEC/INPE, 2007.

MMA. **Monitoramento dos Biomas Brasileiros: Bioma Pantanal**. Brasília: MMA, 2012. Documento eletrônico <[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/pantanal2002\\_2009\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/pantanal2002_2009_182.pdf)>. Acesso em 25 abr 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NASSAR, A. M.; ANTONIAZZI, L.B.. **Reforma do Código Florestal: uma visão equilibrada**. In: Visão Agrícola. ESALQ/USP, 2012, ano 7, Jan/Abr.

SHELDRAKE, Rupert. **O Renascimento da Natureza**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

SHOEMAKER, P. e REESE, S.. Mediating the Message. **Theories of Influences on Mass Media Content**. 2nd edition. White Plains: Longman, 1996.

SILVA, J. S. V. **Levantamento e mapeamento dos remanescentes da cobertura vegetal do bioma Pantanal, período de 2002 na escala de 1:250.000**. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2007, p. 45. Disponível em <[http://sistemas.mma.gov.br/sigepro/arquivos/\\_6/RelatorioTecnico\\_BiomaPantanal.pdf](http://sistemas.mma.gov.br/sigepro/arquivos/_6/RelatorioTecnico_BiomaPantanal.pdf)>

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VERÍSSIMO, A.. **Estratégia e Mecanismos Financeiros para Florestas Nativas do Brasil**. Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO) - Ecologia Universidade Estadual da Pensilvânia, 2005. Disponível em <<http://www.fao.org/forestry/12074-027fef11c6831b6a2995ab35f025d075c.pdf>> Acesso em 25 abr 2012.

WWF-Brasil. **Pantanal**. Documento Eletrônico <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/pantanal/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/)>. Acesso em 24 abr 2012.